

Decreto-Lei n.º 315/89, de 21 de setembro

Com as alterações introduzidas por: Decreto-Lei n.º 23/2021;

Índice**– Diploma**

- **Secção II** *Despedimento colectivo* **REVOGADO**
 - **Artigo 45.º-A** *Requerimentos* **REVOGADO**
 - **Artigo 45.º-B** *Decisão final* **REVOGADO**
 - **Artigo 45.º-C** *Disposições aplicáveis* **REVOGADO**
 - **Artigo 3.º** **REVOGADO**
- **Anexo** **REVOGADO**
 - **Capítulo II** *Processo de impugnação de despedimento colectivo* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-A** *Intervenção principal* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-B** *Documentos* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-C** *Assessoria técnica* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-D** *Relatório* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-E** *Diligências auxiliares* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-F** *Despacho saneador* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-G** *Natureza e valor do despacho saneador* **REVOGADO**
 - **Artigo 156.º-H** *Termos subsequentes* **REVOGADO**

Diploma*Altera o Código de Processo do Trabalho***REVOGADO****Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Secção II

Despedimento colectivo**(em vigor até: 2021-03-27)****REVOGADO****Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 45.º-A

Requerimentos**(em vigor até: 2021-03-27)****REVOGADO**

- 1 - Apresentado o pedido da providência cautelar de suspensão do despedimento coletivo, o juiz, no prazo de 48 horas, mandará citar a entidade patronal para se opor, querendo.
- 2 - A entidade requerida poderá responder no prazo de oito dias a contar da citação.
- 3 - Dentro do mesmo prazo, a entidade requerida juntará os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades do despedimento colectivo.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 45.º-B

Decisão final**(em vigor até: 2021-03-27)****REVOGADO**

A suspensão do despedimento só é decretada se manifestamente não tiverem sido observadas as formalidades previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 1 do artigo 24.º do regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 45.º-C

Disposições aplicáveis**(em vigor até: 2021-03-27)**

REVOGADO

É aplicável à suspensão do despedimento o disposto nos artigos 39.º, 43.º, n.os 2 e 3, 44.º e 45.º, n.os 1 e 2.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 3.º

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

No livro I, título VI, o actual capítulo II passa a capítulo III, sendo aditado um novo capítulo II, com os artigos 156.º-A a 156.º - H, com a seguinte redacção:

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Anexo

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO**Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Capítulo II***Processo de impugnação de despedimento colectivo***

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO**Alterações**

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-A***Intervenção principal***

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

Nas acções de impugnação do despedimento colectivo deve o réu requerer, dentro do prazo para a contestação, o chamamento para intervenção dos trabalhadores com legitimidade processual, nos termos do regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, não se aplicando, neste caso, o disposto no n.º 2 do artigo 357.º do Código de Processo Civil.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-B

Documentos

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

Com a contestação deve o réu juntar os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades previstas nas normas reguladoras do despedimento colectivo.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-C

Assessoria técnica

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

1 - Terminados os articulados, se tiver sido formulado pedido de declaração de improcedência dos fundamentos invocados para o despedimento, o juiz nomeará um assessor qualificado na matéria.

2 - Sendo o pedido formulado por mais de 20 trabalhadores, e a requerimento de qualquer das partes no prazo de 10 dias contados da notificação da nomeação do assessor a que se refere o número anterior, o juiz nomeará mais dois assessores qualificados na matéria.

3 - Após a notificação das partes da nomeação do assessor a que se refere o n.º 1, podem as mesmas, no prazo de 10 dias, designar um técnico cada uma para assistir o assessor ou os assessores no desempenho das suas funções.

4 - Se da parte dos trabalhadores não houver acordo na designação do técnico, considerar-se-á o que for designado pelo maior número, prevalecendo, em caso de empate, a designação apresentada em primeiro lugar.

5 - Aos assessores nomeados podem ser opostos os impedimentos e recusas que é possível opor aos peritos.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-D

Relatório

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

1 - Os assessores nomeados juntarão aos autos relatório de que constem as verificações materiais realizadas, as informações recolhidas e sua origem e, bem assim, parecer sobre os factos que fundamentaram o despedimento colectivo e sobre se este encontra ou não justificação.

2 - O relatório referido no número anterior será junto aos autos nos 30 dias posteriores ao termo do prazo para a designação dos técnicos ou, no caso referido no n.º 2 do artigo anterior, da nomeação dos restantes assessores aí previstos.

3 - Os técnicos de parte, se não se conformarem com as conclusões do relatório, podem apresentar nos cinco dias seguintes declaração fundamentada das razões da sua discordância.

4 - Por proposta do assessor, o prazo referido no n.º 1 poderá ser objecto de uma única prorrogação pelo tempo que o juiz fixar.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-E

Diligências auxiliares

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

1 - Para a elaboração do relatório a que se refere o artigo anterior os assessores poderão solicitar às partes os documentos e demais elementos que considerem pertinentes e averiguar, se necessário nas instalações do próprio réu, os factos invocados para o despedimento.

2 - Os assessores informarão os técnicos de parte das diligências que pretendam promover, podendo estes acompanhá-los.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-F

Despacho saneador

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

1 - Juntos o relatório e documentos a que se referem os artigos anteriores, ou frustrada a tentativa de conciliação que tenha tido lugar, é proferido, dentro de 20 dias, despacho saneador para os fins seguintes:

- a) Conhecer das excepções que podem conduzir à absolvição da instância, assim como das nulidades do processo;
- b) Decidir se procede alguma excepção peremptória;
- c) Decidir se foram cumpridas as formalidades legais do despedimento colectivo;
- d) Decidir se procedem os fundamentos invocados para o despedimento colectivo;
- e) Conhecer directamente do pedido, sempre que o processo contenha já os elementos necessários, designadamente em resultado das decisões referidas nas alíneas c) e d).

2 - Não pode ser relegada para momento posterior a decisão sobre as questões a que se referem as alíneas c) e d) do número anterior.

3 - Não pode igualmente ser relegado para momento posterior o conhecimento das excepções que obstem a que o tribunal decida sobre as questões a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1.

4 - Na apreciação dos factos deve o juiz respeitar os critérios de gestão da empresa.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-G

Natureza e valor do despacho saneador

(em vigor até: 2021-03-27)

REVOGADO

Quando conheça das formalidades ou dos fundamentos do despedimento colectivo e, bem assim, quando julgue procedente alguma excepção peremptória ou quando conheça directamente do pedido, o despacho fica tendo, para todos os efeitos, o valor de sentença.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28

Artigo 156.º-H***Termos subsequentes*****(em vigor até: 2021-03-27)****REVOGADO**

Se o processo houver de prosseguir, a audiência de discussão e julgamento poderá ser marcada separadamente com referência a cada um dos trabalhadores, observando-se, quanto ao mais, as regras do processo comum.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Julho de 1989. - Aníbal António Cavaco Silva - Joaquim Fernando Nogueira - José Albino da Silva Peneda.

Promulgado em 8 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 12 de Setembro de 1988.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Alterações

Revogado pelo/a Artigo 14.º do/a [Decreto-Lei n.º 23/2021](#) - [Diário da República n.º 57/2021, Série I de 2021-03-23](#), em vigor a partir de 2021-03-28